NOTÍCIAS AFRICANAS 72

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL | 15 A 21 DE AGOSTO DE 1994

NESTA EDIÇÃO

- Fundação para a África reúne 1,5 milhão de contos 2
- Nino é considerado favorito 2
- Que fazer com os 'koevoets'? 3
- Guiné-Bissau partida ao meio 4
- Uma novidade guineense: a aprendizagem da oposição 5
- Pinto da Costa regressa à política 6
- Vitória contestada 7
- A senegalização 7
- Director de jornal com ordem de prisão 8
- Unita contra Estados Unidos 8
- Por uns milhões de kwanzas 9
- Separatismo no Norte 10
- Pequena escaramuça 10
- Três dias de optimismo e intenções 11-13
- Expectativa pós-eleitoral 13
- O consenso possível 14
- À espera de Mandela 14

Encontro Regional de Estudos Afro-Asiáticos

O IV Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (ALADAAB), realizado em maio último, em Londrina, elegeu nova diretoria e constituiu coordenadorias regionais.

No intuito de dinamizar os estudos afro-asiáticos no estado, os delegados do Rio de Janeiro, eleitos na ocasião (do CEAA e do NEAF-UFF), resolveram realizar um encontro regional da entidade, nos dias 18 e 19 de outubro, no Conjunto Universitário Candido Mendes, na sede do CEAA (Rua da Assembléia, 10, sala 501).

Esse encontro terá como objetivos fazer um levantamento dos estudos e pesquisas em andamento, das instituições existentes e dos programas de ação; encontrar formas de cooperação; e discutir a preparação do V Congresso Nacional da ALADAAB, que será realizado no Rio de Janeiro, também no Conjunto Universitário Candido Mendes.

No primeiro dia do encontro estadual, dia 18 de outubro, serão realizadas mesas-redondas sobre África, Ásia e estudos afro-brasileiros e no dia 19, além da continuação das mesas-redondas, será efetuada uma plenária para discussões gerais.

Os promotores do evento esperam contar com a participação de todos os seus associados e demais interessados.

Anunciada a bordo do navio-escola Sagres

Fundação para África reúne 1,5 milhões

PÚBLICO, 7.8.94

Cesaltina Pinto

Para já, a fundação tem o apoio de 24 instituições e 20 empresas para preservar a riqueza da vivência luso-africana e garantir a sua passagem às gerações mais novas. Promovida por Miguel Cadilhe e o grupo de Fomento, a Fundação Portugal-África espera novas adesões e lembra que as contribuições serão consideradas um custo fiscal.

"Vale a pena fazer alguma coisa pelo progresso de África?" Cerca de um ano depois de ter lançado esta pergunta, em Washington, Miguel Cadilhe responde, no Porto, a bordo do navio-escola Sagres. A resposta mais concreta que o líder do grupo de Fomento e Exterior tem para dar reside no anúncio formal da futura constituição da Fundação Portugal-África, já depois de ter garantido apoios no valor de 1,5 milhões de contos, um milhão dos quais assegurado pelo próprio Banco de Fomento.

Para Miguel Cadilhe — que reuniu à sua volta a adesão de 24 instituições e de 20 empresas —, a criação da Fundação poderá ser a forma de "evitar que o património" constituído por uma "experiência secular comum" seja inevitavelmente perdido "perante as gerações mais novas". E pretende que o lançamento de tal instituição esteja despida de quaisquer "nostalgias entorpecedoras ou saudosismos descabidos". A ouvi-lo atentamente estava um grupo de personalidades — ou de "colunáveis", como ousaria chamar-lhes alguém do "staff" do Fomento. A começar pelos secretários de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, e do adjunto do Tesouro, Walter Marques, que não deixaram de enaltecer este projecto de "acção de raiz empresarial", no qual se integram como fundadores as Câmaras municipais de Porto e Lisboa, o IAPMEI, o ICEP, várias associações industriais e comerciais, assim como várias universidades, institutos e empresas.

Cadilhe diria ainda que a Fundação se guiará por "critérios pragmáticos e realistas", assumindo o seu conselho de administração uma "disciplina financeira" com "rigor orçamental e gestão empresarial". Mas para que tudo isto seja uma realidade, a Fundação tem ainda de recolher os fundos prometidos — assim como a sede definitiva, a instalar no Porto, e já prometida por Fernando Gomes —, que serão postos a render, através de um fundo de investimento, de modo a que a sua rentabilidade assegure a gestão corrente.

É ainda necessário proceder ao registo da escritura pública da Fundação, e prosseguir o estudo do perfil dos elementos que integrarão a administração e o conselho de curadores. Até lá, Miguel Cadilhe pensa reunir mais apoios, pelo que sublinha serem todas as contribuições dos fundadores consideradas um custo fiscal, por indicação do Ministério das Finanças.

O programa de actividades da Fundação tem em linha de conta duas grandes áreas: por um lado, lançar projectos de iniciativa própria e, por outro, conceder apoios a iniciativas de entidades já existentes e que visem a cooperação com os países africanos, sobretudo os de expressão portuguesa. Algumas destas acções serão concretizadas através de apoios documentais e financeiros necessários à formação de quadros e ao fomento da iniciativa, da capacidade empresarial e de trabalhos de investigação sobre África.

"Uma das ideias é criar bolsas de estudo para mestrados, doutoramentos ou mesmo teses que visem o desenvolvimento económico e social africano. E ressuscitar projectos válidos no sector agrícola ou industrial que tenham, entretanto, ficado pelo caminho", explica um dos promotores. ■

Guiné-Bissau efectua hoje a segunda volta das eleições presidenciais

Nino é considerado favorito

PÚBLICO, 7.8.94

Isaura Santos
em Bissau

Os guineenses vão hoje à segunda volta das eleições presidenciais iniciadas em 3 de Julho e muita gente acredita que João Bernardo Vieira, Nino, poderá continuar no cargo que conquistou pelas armas em 1980; apesar desse grande fenómeno de popularidade chamado Kumba Ialá.

Num ambiente sensivelmente mais calmo do que o de há um mês, 400 mil guineenses vão hoje às urnas, das sete às 18h locais (das nove às 20 em Lisboa), a fim de dizerem se preferem na Presidência da República o líder do PAIGC, João Bernardo Vieira, ou o candidato agora apoiado por quase toda a oposição, Kumba Ialá.

Dizemos quase porque nos últimos dias surgiram algumas dúvidas quanto à fidelidade manifestada a Ialá pelo mais pequeno dos partidos da oposição, o Forum Cívico Guineense, cuja candidata, Antonieta Rosa Gomes, conseguiu 5.538 votos (1,8 por cento) na primeira volta das presidenciais, em 3 de Julho.

Nino Vieira, que em Novembro de 1980 depôs o primeiro Presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral, obteve então 46,17 por cento dos votos expressos e Kumba Ialá, chefe do jovem Partido da Renovação Social (PRS), 21,89 por cento, ficando qualquer um deles acima das marcas que as respectivas formações políticas obtiveram nas legislativas realizadas em simultâneo.

A impressão geral que se colhe em Bissau é a de que Nino poderá conseguir manter-se no cargo, apesar de muitas figuras da oposição apostarem na vitória de Kumba Ialá, que além do mais tem a seu favor o factor étnico de pertencer ao maior grupo populacional do país, o dos balantas.

Ao longo da campanha, João Bernardo Vieira levantou sempre o espectro de um novo Ruanda, dizendo que se na Guiné-Bissau não tem havido conflito explícito entre as diferentes etnias isso se deve à administração do PAIGC, que em Setembro de 1973 proclamou unilateralmente a independência do país e que menos de um ano depois a viu reconhecida por Portugal.

O elogio da mulher

Novidade no comício final foram as palavras de Nino sobre o "lugar especial" que a mulher deverá ter na nova conjuntura guineense, com um elogio explícito à advogada e candidata presidencial derrotada Antonieta Rosa Gomes, o que levou logo alguns observadores a pensar que lhe poderá estar reservado um lugar no futuro governo.

Há duas semanas, o Forum Cívico Guineense fora a única força da oposição a não assinar uma declaração conjunta em que as demais se comprometiam a não aceitar nenhum lugar numa próxima administração liderada pelo PAIGC. E, agora, o piscar de olho a Antonieta aumentou a desconfiança nas jogadas de Nino, que poderá ter andado a dar tudo por tudo no sentido de conseguir diminuir a frágil unidade dos adversários.

Por outro lado, o Presidente criticou o embaixador português em Bissau, Rosa Lã, por este lhe haver falado na possibilidade de se tentar reduzir a ida de emigrantes guineenses para Lisboa, que ao abrigo das determinações da União Europeia não pode estar a facilitar a vida aos africanos.

Nino não achou bem o alvitre do diplomata, no sentido de criar condições para que os guineenses não precisem tanto de partir para outras terras. Julgou que se estaria a colocar em causa a sua candidatura; e sublinhou mesmo que "a Guiné-Bissau, tal como Portugal, sempre foi um país de emigração".

Outras referências do Presidente foram para o seu adversário nesta segunda volta, ao qual chamou "bandido", para o decano da política crioula Rafael Barbosa, que falara na inevitabilida-

Continua na pág. 3

Polémica na visita de Mandela na Namíbia

Que fazer com os "koevoets"?

O PRESIDENTE sul-africano Nelson Mandela teve ontem um acolhimento de herói em Windhoek, na sua visita de 24 horas ao vizinho Estado da Namíbia. Recebido no aeroporto pelo Presidente Sam Nujoma, além das honras militares teve direito a uma calorosa recepção popular.

A primeira homenagem a Mandela foi o baptismo com o seu nome da antiga Klein Windhoek Road, por onde desfilou num longo cortejo automóvel, na companhia do anfitrião.

Na sua agenda estava marcado um encontro com o Presidente Nujoma e o ministro namibiano dos Negócios Estrangeiros, Theo-Ben Guribah. As relações entre os dois Estados vizinhos e a cooperação na África Austral, serão os temas das conversações.

Com a mudança sul-africana, Pretória não só herdou o papel de potência regional representado pelo regime do apartheid, mas passou também a ser a potência líder da região. Uma longa cumplicidade, na luta contra a hegemonia da "velha África do Sul", une os dois vizinhos: mas também deixou alguns problemas.

Mas enquanto as bandeiras sul-africana e namibiana decoravam ontem as ruas principais de Windhoek, no dia da chegada de Mandela, prosseguia na Namíbia a controvérsia sobre o regresso a casa dos antigos "koevoets", soldados locais que serviram o regime do "apartheid".

PÚBLICO, 10 8 94

Quem os recebe?

Por altura da proclamação da independência da Namíbia, em 1990, todos os antigos membros da Koevoet e da Força Territorial do Sudoeste Africano que haviam combatido a SWAPO, de Sam Nujoma, tiveram a possibilidade de aderir à nova Força de Defesa da Namíbia, de passar à vida civil ou de ir para a África do Sul. Mais de 500 fizeram esta última opção, preferindo trabalhar com as unidades sul-africanas de segurança.

Agora, porém, que a África do Sul tem um governo liderado pelo ANC, a situação mudou; e os antigos soldados da Koevoet e da Força Territorial receberam ordem de voltar para a Namíbia. No entanto, na semana passada, uns 93 que o fizeram foram detidos e deportados para terra de ninguém, enquanto se encetavam conversações a nível ministerial.

Alguns observadores crêem que as presentes conversações entre Mandela e Nujoma vão englobar o caso dos "koevoets", que muito tem vindo a agitar a Namíbia e a semear a discórdia entre os seus partidos.

O principal grupo da oposição, a Aliança Democrática de Turnhalle, foi acusado pela SWAPO, no poder, de oportunismo, ao tentar alegadamente ajudar os antigos soldados ao serviço da África do Sul a "invadir" território namibiano.

Segundo o ministro do Interior, Hifikepunye Pohamba, os ex-"koevoets", que deixaram a Namíbia por altura da proclamação da independência, são bem recebidos se a sua nacionalidade namibiana puder ser confirmada. Mas o procurador-geral, Hartmut Ruppel, afirmou que os namibianos que serviram exércitos estrangeiros após a independência poderão ser acusados ao abrigo da Lei da Defesa e sujeitar-se a dois anos de cadeia ou a uma multa.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros afirma não haver um só assunto que domine as conversações entre Mandela e Nujoma, sendo de crer que, para além do caso dos "koevoets", se aborde o processo para a paz em Angola e, possivelmente, o papel dos mercenários sul-africanos nesse país.

O Presidente sul-africano foi acompanhado na sua visita à Namíbia pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo. ■

Tony Figueira, em Windhoek

Continuação da pág. 2

Nino é considerado favorito

de de Kumba Ialá chegar à chefia do Estado, e para o líder do Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD), João da Costa, que acusou de ter desviado milhões de pesos quando esteve no ministério da Saúde.

Quanto a Ialá, no fecho de uma campanha que para a segunda volta foi muito mais discreta do que para a primeira, colocou a tónica na necessidade da mudança, propugnou a cooperação com os países vizinhos, Senegal e República da Guiné, e um aumento dos laços com Portugal, onde hoje em dia vivem dezenas de milhares de guineenses. ■

O homem de 80

JOÃO Bernardo Vieira, "Nino", ou "Kabi", conforme as circunstâncias, é um antigo electricista, que andou na luta armada pela independência da Guiné-Bissau e em 1980 se apossou do poder, depois de derrubar o Presidente Luís Cabral. Hoje luta por todos os meios para conservar esse mesmo poder, face a meio país que o critica.

"Nino", que no fim de Novembro de 1980 denunciou uma série de arbitrariedades que teriam sido cometidas pelo primeiro Presidente da República, não lhe ficou muito atrás, tendo — segundo os seus adversários — deixado o país mergulhar em níveis de corrupção que muito fizeram sofrer a maioria dos guineenses, que são um pouco mais de um milhão.

Guerrilheiro de méritos firmados no fim da década de 60 e nos primeiros anos da de 70, viria a revelar-se pouco brilhante como Presidente que, após a experiência mal sucedida de Luís Cabral, deveria ter arrancado a Guiné-Bissau da uma herança de subdesenvolvimento e abri-la claramente a uma prática democrática.

O que aconteceu é que o chefe do Estado não conseguiu fazer grande coisa no campo da alfabetização generalizada dos seus compatriotas nem do estabelecimento de uma rede adequada de cuidados de saúde, tendo deixado que o país continuasse a ser padrasto para muitos dos seus filhos.

João Bernardo Vieira gosta muito de ser conhecido por "Kabi", o homem que há 24 anos andava nas matas, de arma na mão, para que a Guiné-Bissau se tornasse independente. Mas muitas pessoas consideram que esse tempo passou e que hoje em dia o que importa é que haja trabalho. ■

A surpresa de 94

KUMBA IALÁ, líder do Partido da Renovação Social (PRS) e bandeira de toda a oposição nesta segunda volta das presidenciais, foi a grande novidade da política guineense em 1994, tendo ascendido de um quase anónimo a figura de primeiro plano, com repercussão no estrangeiro.

Membro do maior grupo étnico do país, o dos balantas, Kumba Ialá, hoje com 41 anos, é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e em Teologia pela Universidade Católica da mesma cidade, traduzindo assim os laços de muitos séculos entre os "gentios" da Guiné e a potência que os colonizou.

Filho de camponeses, num país essencialmente rural, Kumba Ialá esteve durante anos no PAIGC, mas afirma que em 1990 foi expulso por ter defendido "uma necessária abertura política verdadeiramente democrática e transparente". Ajudou então a formar a Frente Democrática Social (FDS), de Rafael Barbosa, mas em Janeiro de 1992 viria a afastar-se daquela figura histórica e a criar o seu próprio partido, talvez por pensar que a política guineense estava a precisar de novos rostos e de palavras mais incisivas.

Reside numa pequena casa que também serve de sede ao PRS e transformou-se de há alguns meses a esta parte numa autêntica vaga populista, sempre pronta a fustigar a corrupção e os "vícios do poder".

Para além de falar português, crioulo, espanhol, francês e inglês, tem conhecimentos de latim, grego e hebraico, sendo actualmente finalista na Faculdade de Direito existente em Bissau. ■

Guiné-Bissau partida ao meio

PÚBLICO, 10.8.94

*Isaura Santos**
em Bissau

Resultados finais só amanhã. Motivo aparente: dificuldades "logísticas". A diferença tangencial que, com a maioria dos votos contados, ontem separava Nino Vieira e Kumba Ialá indica eloquentemente que na Guiné-Bissau nasceu uma oposição.

Os resultados finais da segunda volta das eleições presidenciais da Guiné Bissau só amanhã serão conhecidos, anunciou ontem à noite em Bissau um porta-voz da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Após 48 horas de expectativa, os guineenses terão de esperar para conhecer a resolução da grande incógnita: vão o Presidente Nino Vieira e o PAIGC conservar todo o poder? Ou ir-se-á experimentar uma "coabitação" entre o líder da oposição, Kumba Ialá, na Presidência, e uma Assembleia Nacional dominada pelo partido que dirigiu a Guiné-Bissau desde a independência, em 1974?

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) prometera o anúncio dos resultados totais provisórios para as 21h locais (23h em Lisboa). Mas, uma hora mais tarde,vinha o balde de água fria: resultados só na quarta-feira, anunciou Fernando Mendonça, da CNE, invocando dificuldades de ordem logística.

Se a primeira volta das eleições foi marcada por um inenarrável caos organizativo, a segunda correu relativamente bem. As chuvas atrasaram as operações em algumas regiões. Mas o grande motivo do atraso no anúncio dos resultados pode ser a proximidade dos números. Na segunda-feira à noite, segundo os dados parciais da CNE, Nino tinha uma vantagem tangencial: 51,5 por cento contra 48,5 de Ialá.

Esta é aliás a primeira grande surpresa de 1994, que a primeira volta deixara entrever: a vontade de mudança dividiu ao meio o eleitorado, algo de impensável meses atrás.

Na primeira volta, realizada a 3 de Julho, Nino Vieira obteve cerca de 141 mil votos (46,2 por cento), contra 67 mil (21,9) de Kumba Ialá e 53 mil (17,3) de Domingos Fernandes Gomes, do Movimento Bafatá. Nas mesmas eleições, o PAIGC obteve a maioria absoluta com 64 dos 100 lugares da Assembleia Nacional.

O "suspense" de segunda-feira

Ao fim do dia "D", domingo 7 de Agosto, dia das eleições, eram muitos os rumores que circulavam de uma parte e de outra. Se a maioria da população de Bissau queria guardar o sigilo do voto, outros não conseguiam adoptar essa postura e acabavam anunciando a sua escolha. E aí não restavam dúvidas de que o líder da oposição tinha conseguido arrastar a maioria da população suburbana e, por incrível que possa parecer a quem vive em Bissau, um número considerável da pequena burguesia, suposta de ser mais conservadora. Este facto viria a confirmar-se pelos primeiros resultados, anunciados no dia seguinte pela CNE.

Durante a noite de domingo para segunda, a população foi esperando, já algo impacientemente, o anúncio dos resultados pela CNE. Se a oposição através das sedes dos diferentes partidos foi avançando alguns resultados, o estado-maior da candidatura de Nino, sito na Casa Branca (presidência), optou pelo silêncio absoluto. Silêncio esse que começou a ser interpretado por certos observadores como inquietante, levando alguns a cogitar se não se trataria do conhecimento de resultados pouco favoráveis e do correlativo desalento.

Porém, quando nada levava a pensar o que se iria passar, um comunicado radiofónic apelava aos militantes e simpatizantes para saírem a rua e festejarem a vitória do seu candidato. Aparentemente, terão sido os resultados de algumas assembleias que deram ao candidato do poder uma convicção do triunfo certo. Minutos depois, as principais artérias da capital eram invadidas por esses militantes entoando canções da campanha e mostrando o "V" da vitória. A cidade temeu durante algum tempo que os militantes da oposição saíssem também à rua e as manifestações redundassem numa confrontação.

Porém, isso não viria a passar-se e a oposição convocava os jornalistas para o centro de imprensa para dar a conhecer a sua resposta: igualmente uma perspectiva de vitória.

Já passava das 19h em Bissau quando Manuel Rambout Barcelos, porta-voz do candidato Kumba Ialá na CNE, Amine Saad, porta-voz do conjunto da oposição, e Augusto Poquena, mandatário de campanha de Ialá, iniciaram a conferência de imprensa, para anunciar que — pelos números obtidos através das cópias das actas, sínteses recebidas das diferentes mesas de voto e resultados já apurados — o candidato da oposição estaria com 52 por cento e o candidato do PAIGC com 48 por cento.

Acerca dos restantes resultados, Amine Saad disse que seria muito difícil que viessem a modificar de forma decisiva esta diferença percentual. Comentando a manifestação que nesse preciso momento os apoiantes de Nino faziam, ironizou que estes estavam a festejar a despedida de Nino Vieira, pois, disse, "quando o rei se vai, a corte dá festa".

A intervenção da CNE

Perante a proclamação de vitória por ambas as partes, a CNE teve de apelar à paciência dos eleitores e mandatários dos dois concorrentes. Um responsável pela campanha de Nino Vieira comentava que a possível margem de vantagem do candidato Kumba Ialá teria baixado entre a tarde e a noite de 20 mil para 15 mil votos. Comentário que ainda significava incerteza. Para a Comissão só valem os dados oficiais e esses ainda não tinham sido concluídos.

Entretanto, por volta das 23h30, o director executivo da CNE, Henrique Rosa, viria até ao centro de imprensa para dar a conhecer alguns resultados parciais e provisórios.

Assim, com cerca de 60 por cento dos votos já apurados, Nino Vieira estava à frente com 117.193 votos e Kumba Ialá com 110.167.

Nessa altura, precisou Henrique Rosa, havia 20 círculos eleitorais apurados, faltando os votos de sete círculos, a que correspondem a mais ou menos 40 por cento dos votos.

É interessante salientar que no círculo 6, que engloba as localidades de Nhacra e Safim, o candidato da oposição bateu o candidato do partido no poder por 13.771 votos contra 3178, fazendo aí o seu melhor "score".

Por sua vez, Nino Vieira, tal como na primeira volta, obtinha o seu melhor resultado na região de Biombo, no sector de Quinhamel, localidade que o viu nascer, com 8407 votos contra 1151 para Kumba Ialá.

Em duas assembleias de voto nos arredores de Bissau, as primeiras a concluir o escrutínio, verificou-se que, entre os 400 eleitores que votaram, metade tinha escolhido Nino Vieira.

Contagem à chuva

Boa parte das 350 assembleias de voto foi instalada a céu aberto. E chovia a bom chover quando começou a contagem de votos. Pelo menos em Bissau e arredores. A chuva, não sendo argumento de maior,

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 4

Guiné-Bissau partida ao meio

já foi citada pela Comissão Nacional de Eleições como elemento adicional de perturbação no processo de contagem.

As protecções feitas com coberturas de plástico já tinham voado e a operação de escrutínio processava-se com muita lentidão, relatava o correspondente da Lusa. Apesar das chuvas na região de Bissau, a CNE garantia que a afluência às urnas tinha sido grande, presumindo a comissão que o volume de votantes chegara aos 80 por cento.

Ontem, os três deputados portugueses que integram a Missão de Observadores falaram aos jornalistas. Os sociais-democratas Rui Gomes da Silva e Luís Geraldes, e o socialista José Reis deram o seu testemunho, declarando que as eleições tinham corrido "livremente" e sem "quaisquer tipo de pressões".

Recebidos em audiência pelo Presidente, acharam por bem "felicitá-lo" pela sua vitória. Porque, embora na altura só se conhecessem 60 por cento dos votos, "tudo indica que Nino Vieira sairá vencedor", justificou Gomes da Silva. ■

* com Lusa

PROTAGONISTAS

O Presidente que foi guerrilheiro

JOÃO BERNARDO Vieira, de 55 anos, assumiu o poder em Bissau por golpe militar, em 1980, fazendo cair Luís Cabral. Apresentou-se como defensor das práticas democráticas, única via que considerava possível para fazer a Guiné sair da estagnação política e social. Comprometeu-se em erradicar as práticas de abuso de poder, de corrupção. Como garantia trazia o seu passado de combatente pela libertação, a origem humilde, tudo isso associado às promessas de melhorar as condições de vida da população da Guiné.

Ontem, foi confrontado, pela segunda vez, com um diagnóstico de situação que já não aceitava só como garantia o seu nome de guerra, "Kabi", o nome que obrigava as melhores tropas que Portugal empenhou na Guiné a pensar a guerrilha com cuidado. Por muita que fosse ainda a simpatia por este veterano combatente, o povo viu-se confrontado com outra servidão. O desemprego, a não concretização dos programas mínimos de alfabetização, as cumplicidades do poder. É um balanço curto, o de Nino Vieira. ■

O candidato intelectual

KUMBA IALÁ, de 41 anos, duas licenciaturas em universidades portuguesas, estudante permanente (agora em ciências jurídicas), vocação para tribuno, versado em línguas latinas e em inglês, ocupa ainda tempo no estudo de grego e hebraico. Comportamento já muito distante dos tempos em que também ele foi figura preponderante no partido de Nino Vieira (1962-1990), onde desempenhou funções de destaque, no PAICG e no aparelho de Estado. Nessa fase foi elemento-chave na formação de quadros do regime.

A sua formação, particularmente a partir da vida académica na Universidade Católica, conduziu-o para novo itinerário político. Derrubar o regime por via das eleições. A vantagem à partida estava em ser praticamente intocável em coisas de corrupção e benefícios de poder. Tinha sido expulso do PAIGC por discordar do comportamento da direcção. Havia outro factor que tanto podia resultar em favor como em prejuízo. Pertencendo à etnia maioritária, Balanta, vestia um fato permeável às acusações de potencial líder tribalista. ■

Comentário

César Camacho

PÚBLICO, 10.8.94

Uma novidade guineense: a aprendizagem da oposição

NO DOMINGO de manhã, quando foi votar, Nino Vieira declarou que estava confiante na vitória. Não tinha problemas. Mas sabia que estava a participar num duelo político inesperado que começou quando toda a oposição se congregou à volta de Kumba Ialá, o candidato do Partido da Renovação Social. Interpretado como sinal de preocupação foi Nino ter-se esquecido do seu cartão de eleitor. A mulher teve que voltar ao palácio para o buscar. Nino Vieira começou a ter razões para preocupação com o crescimento dos apoios ao excelente comunicador que se revelou ser o seu principal adversário, Kumba Ialá, o balanta de "língua afiada" que garantiu para si a imagem de "candidato dos pobres".

Mesmo que os resultados finais declarem Nino Vieira como vencedor nestas eleições, ele sabe que a Guiné-Bissau já mudou e a maior parte dos trunfos fica para esse licenciado em Filosofia (Faculdade de Letras de Lisboa) e em Teologia (Universidade Católica de Lisboa), que apareceu a prometer lutar pelos direitos do povo guineense e "combater os vícios de 20 anos de poder do PAIGC".

Um discurso que inevitavelmente agradou à maioria da população e ao mesmo tempo contribuiu para a diluição desse risco que é Kumba Ialá, ex-membro da família PAIGC, ver confundidos os seus propósitos de unidade cultural nacional com a imagem de "chefe" do maior clã tribal da Guiné. Por alguma razão Nino Vieira agitou o fantasma do tribalismo e os alegados riscos de poder ficar à frente do Estado um homem nascido na etnia predominante.

A maior parte do eleitorado já não sente necessidade de se curvar perante os intérpretes da "guerra de libertação", o capital perdido do comandante João Bernardo "Nino" Vieira. A doutrina de Amilcar Cabral voltou a tocar a alma dos "gentios da Guiné" e isso aconteceu pela voz de Kumba Ialá, um discípulo já feito da cultura mediática. Durante a campanha e no domingo, na altura de votar, ele mostrou bem quanto a palavra e a imagem podem valer na televisão.

Nino Vieira, por muito respeitável que os guineenses considerem o seu passado de combatente, tem atrás de si o desgaste de 20 anos de exercício de poder autocrático, o melhor e maior impulso para a população explorar até ao limite possível o manifesto desejo de mudanças, ultrapassada a fase do medo de ultrajar quem detém o poder.

Na Guiné, como na maior parte da África, há suficientes suportes culturais para o exercício democrático mas não é verdade que se tenha instalado e consolidado a tradição de exercer oposição. O chefe é escolhido democraticamente mas, escolhido que foi, é o chefe e pronto. É neste processo eleitoral, na Guiné, que aparece com alguma força um exemplo pioneiro de se querer consagrar o conceito de oposição como função permanente de regime político. A realização desta se-

Continua na pág. 6

Pinto da Costa regressa à política

Conceição Lima, em São Tomé

A dois meses das legislativas antecipadas e após um ano e meio de ausência do país, o antigo Presidente Pinto da Costa regressa à política activa. Poderá ter em mira uma recandidatura à chefia do Estado. De qualquer modo, o seu regresso pesará na política nacional.

O regresso do líder histórico do MLSTP e primeiro Presidente da República de São Tomé, Manuel Pinto da Costa, à vida política activa, anunciado na semana passada, irá certamente influenciar o ordenamento de forças no tabuleiro político local.

Num discurso de cerca de oito páginas, proferido perante familiares e amigos por ocasião da passagem do seu 57º aniversário, Pinto da Costa sublinhou a necessidade de se encontrar fórmulas e mecanismos susceptíveis de mobilizar as competências disponíveis. "Ganhar eleições é importante, mas mais importante é assegurar a governação do país depois das eleições".

Até que ponto está o antigo chefe de Estado disposto a levar o seu protagonismo, quais os limites da sua ambição, eis uma questão cuja resposta irá depender dos desenvolvimentos do cenário nos tempos que se avizinham. A menos de dois meses das eleições, Pinto da Costa retomou o discurso comedido e consensual que tem vindo a produzir nos últimos dois anos, ao afirmar "que é preciso abandonar a ideia de que uma maioria, mesmo mínima, é um atestado de legitimidade para assumir a governação, com exclusão de outros partidos".

Ou se gosta ou não se gosta

Observadores em São Tomé, para quem este regresso à ribalta prefigura uma provável recandidatura de Pinto da Costa à Presidência da República estimam que a intenção do antigo chefe de Estado é garantir franjas de apoio fora do MLSTP, o que lhe permitiria emergir como uma figura razoavelmente consensual. Sendo um nome carismático a nível das bases do MLSTP, Pinto da Costa parece não suscitar contudo a unanimidade no seio da cúpula dirigente do partido que liderou durante quinze anos.

Ironicamente, o PCD/GR (Partido da Convergência Democrática), cuja vitória eleitoral em 1991, se centrou na rejeição do então Presidente e da sua política, observa hoje em relação a este uma atitude rigorosamente omissa, que indicia, para alguns analistas a existência de um pacto informal de não agressão.

O homem que durante quinze anos governou São Tomé e Príncipe não desperta sentimentos neutros. De Manuel Pinto da Costa, ou se gosta ou não se gosta. E o seu regresso — aguardado e previsto — vai ser tido em conta pelos restantes protagonistas do jogo político, em virtude do seu carisma e do peso eleitoral que representa, apesar do "low profile" mantido nos últimos tempos. Mais um elemento para desaconselhar previsões categóricas quanto ao futuro político do país, que vive as antevésperas de uma campanha eleitoral que se avizinha aguerrida e recheada de "golpes baixos".

Espírito Santo e "portugalidade"

A vinda, há uma semana, do líder da Aliança Popular, Carlos do Espírito Santo, residente há cerca de uma década em Lisboa, não provocou alterações significativas no alinhamento de forças no terreno. A um eleitorado ostensivamente farto de políticos e promessas, o presidente do mais jovem partido são-tomense trouxe, como chamariz eleitoral, a proposta do reforça da "portugalidade", no âmbito de um hipotético tratado de amizade e de cooperação de dez pontos.

O tratado, que perspectivaria a criação de uma comunidade luso-santomense, apontaria para a admissão da moeda local — a dobra — na zona do escudo, um pacto de Defesa que privilegiasse a assistência militar portuguesa, a liberdade de circulação de pessoas com abolição recíproca de vistos de entrada em São Tomé e Príncipe e Portugal e a equiparação do sistema educacional são-tomense ao sistema português.

Após o regresso do seu líder, mais concorrido do que se previa embora não tenha sido espectacular, a Aliança Popular tem enfrentado percalços no terreno. Elementos de outras formações políticas hostilizaram e chegaram mesmo a apedrejar por mais de uma vez Carlos do Espírito Santo, em incidentes que confirmam aparentemente o preço que a AP poderá ter de pagar pelo seu parto no "exílio", após a abertura democrática e, sobretudo, pelo regresso tardio dos seus fundadores. ■

Continuação da pág. 5

Uma novidade guineense: a aprendizagem da oposição

gunda volta eleitoral causou espanto entre os observadores internacionais. No balanço de primeira volta feito pelo jornalista José Sousa Dias (Lusa), em 17 de Julho, dava-se conta dos comentários mais ou menos formais feitos pelos observadores. "Só o facto dos resultados para as presidenciais provocarem uma segunda volta significa amargo de boca para Nino Vieira". O jornalista citava um alto funcionário da missão internacional que lhe confidenciou: "Se me dissessem que este seria o cenário (necessidade de segunda volta) desatava a rir e diria que me deixassem em paz".

Era o aparecimento do fenómeno Kumba Ialá, que carreou para si a votação de votantes das etnias Fula e Mandinga, sintoma de ter sido retomado o "pensamento de Amilcar Cabral", antitribalista, como afirmava o próprio Kumba Ialá.

Nino Vieira conta (quando ainda falta contar 30 por cento dos votos) com essa velha raiz tradicionalista de se considerar o chefe que esteve à frente do país durante 15 anos. Mas, a razão inversa passou a ser verdadeira para o povo da Guiné. Apesar do passado, o "general" pode ser derrotado e a realização da segunda volta mostrou que havia apetite por ver essa derrota.

Já com resultados em contagem ainda sobrava uma incógnita. O que terão feito algumas franjas do eleitorado postas perante o desejo de mudança e as desconfianças em aceitar testar a experiência de uma coabitação (um Presidente crítico, Kumba Ialá, e um parlamento dominado pela maioria absoluta do PAIGC) com o rosto do homem (Nino Vieira) que detém o aparelho do poder. Um ensaio sem precedente na África. Há no entanto duas promessas que aos observadores pareceram sérias. Ambos os candidatos garantiram que fariam oposição se os votos não lhes dessem vitória. ■

ELEIÇÕES NA GUINÉ-BISSAU — Até à hora de fecho desta edição ainda não tinham sido conhecidos os resultados provisórios da segunda volta das eleições presidenciais do passado domingo na Guiné-Bissau. Os resultados já divulgados pela Comissão Nacional de Eleições, referentes a 60 por cento dos votos, dão ligeira vantagem ao candidato do PAIGC, Nino Vieira, com 51,55 por cento, contra 48,45 para o candidato da oposição, Kumba Ialá. **PÚBLICO, 11.8.94**

PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE ANGOLA QUEREM AUMENTO — O sector da Saúde de Angola apresentou na sexta-feira um caderno reivindicativo ao Governo, exigindo aumentos salariais de 2500 por cento, noticiou ontem a agência Lusa. As reivindicações — de médicos, enfermeiros e administrativos — incluem ainda vários subsídios, incluindo um de risco. Segundo fontes médicas da Lusa em Luanda, o Ministério da Saúde ainda não deu qualquer resposta (o Sindicato da Saúde deu, segundo o Governo, um prazo de 15 dias para a recepção de uma contraproposta). As propostas salariais dos profissionais da saúde são de um salário mínimo de sete milhões de cuanzas e um máximo de 50 milhões. "Claro que este aumento é muito discutível, porque foge aos aumentos estabelecidos pelo programa económico do Governo para este ano", disse à Lusa Benvinda Barbosa, chefe do gabinete jurídico do Ministério da Saúde angolano.

Oposição guineense não quer aceitar maioria presidencial de Nino

Vitória contestada

PÚBLICO, 12.8.94

Isaura Santos, em Bissau

Nino Vieira ganhou as eleições presidenciais na Guiné-Bissau, com 52 por cento dos votos apurados, mas a oposição não aceita facilmente os resultados, designadamente os que dizem respeito às ilhas Bijagós, onde alega que foi impedida de fiscalizar o escrutínio.

João Bernardo Vieira, de 55 anos, o homem que em Novembro de 1980 se apossou do poder na Guiné-Bissau, pela força das armas, derrubando Luís Cabral, obteve 52,02 por cento dos votos expressos domingo último na segunda volta das primeiras eleições presidenciais, face aos 47,98 por cento alcançados pelo candidato da oposição.

No entanto, a Comissão de Apoio a este último, Kumba Ialá, de 41 anos, recusou-se a aceitar os resultados finais provisórios anunciados quarta-feira à noite (hora de Bissau, madrugada de ontem em Lisboa) pelo director executivo da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Henrique Rosa. E criticou até o facto de os três deputados portugueses que estiveram em Bissau — os sociais-democratas Rui Gomes da Silva e Luís Geraldes e o socialista José Reis — haverem felicitado Nino quando ainda só tinham sido escrutinados 60 por cento dos votos.

Os observadores internacionais, designadamente da Organização de Unidade Africana (OUA), consideraram que "o processo eleitoral foi transparente" e que tudo correu melhor na segunda volta do que o mês passado na primeira, pelo que estavam ontem à tarde a tentar convencer Kumba Ialá de que deveria desistir da contestação dos resultados, não dando assim origem a novas tensões.

[Numa mensagem entretanto enviada a João Bernardo Vieira, Nino, "em nome do povo português e no seu próprio", o Presidente Mário Soares desejou-lhe êxito "no exercício do mandato que lhe foi confiado pelo voto livre e democrático do Povo da Guiné-Bissau"; e disse que o acto eleitoral "representa o triunfo dos valores da Liberdade e da Democracia, no qual o respeito pelos adversários é regra".]

Apesar de Amine Saad, mandatário do candidato derrotado, ter dito que os resultados divulgados "não correspondem de forma alguma à verdade", o ambiente geral em Bissau nestes últimos dias tem sido calmo e grande parte das pessoas que não concordam com o regime parecem conformar-se com o veredicto das urnas.

Demora na celebração

Já quase ao fim do dia de ontem, Nino Vieira era aguardado à varanda do Palácio Presidencial, para corresponder à saudação das pessoas que — em número relativamente escasso — se estavam a encaminhar (pelas 20h00 de Lisboa) para a praça em frente, a fim de o felicitar pelos 159.930 votos conseguidos, mais 12.412 do que os de Kumba Ialá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), que na primeira volta fora o mais votado dos sete candidatos da oposição.

No entanto, os resultados definitivos só deverão ser divulgados dentro de alguns dias, depois de devidamente ponderadas as queixas da oposição, designadamente a de que teria sido impedida pelo ministro dos Transportes, Luís Sanca, de fiscalizar a votação no círculo eleitoral constituído por Bolama e pelas Bijagós, onde Nino conseguiu 9866 votos, face aos 877 de Ialá. Talvez por isso mesmo, pelas dúvidas levantadas pelos homens de Kumba Ialá, a celebração da vitória com todas as fanfarras estava a ser um pouco adiada.

Se não surgirem complicações, o Presidente eleito toma posse na segunda quinzena deste mês e procede depois à indigitação de um novo primeiro-ministro, para substituir Carlos Correia e formar um governo alargado em que, para além de militantes do PAIGC, tomem lugar alguns independentes.

Entre as figuras que se admite em Bissau sejam convidadas a formar governo contam-se o embaixador guineense em Lisboa, Adelino Mano Queta, e o director da campanha eleitoral de Nino, o empresário Mário Vaz.

Ao novo gabinete caberá renegociar uma dívida externa de 742 milhões de dólares e tentar dar alento a uma economia estagnada, onde a maior parte da população pratica uma agricultura de subsistência, para ter milho, arroz, batata doce e mandioca.

O produto "per capita" deste pequeno país da África Ocidental é de apenas 180 dólares, derivando da exportação de amendoim, coco, algodão, peixe e marisco, bem como das licenças de pesca concedidas a armadores estrangeiros. ■

Comentário

Jorge Heitor

PÚBLICO, 12.8.94

A senegalização

O PAIGC está de parabéns, pois que conseguiu vencer a prova das urnas, tanto nas legislativas como nas presidenciais; mas o povo da Guiné-Bissau continua na mesma, a ser um dos mais pobres do mundo e a ver muitos dos seus filhos emigrar, em busca de melhores condições de vida.

O regime instituído em 1973 sob a presidência de Luís Cabral e assumido a partir de Novembro de 1980 por João Bernardo Vieira, Nino, aceitou relutantemente em 1991 a abertura ao multipartidarismo, tal como o seu vizinho Senegal a aceitara 10 anos antes, depois de Abdou Diouf haver substituído na chefia do Estado o histórico Léopold Sédar Senghor.

Tanto num como noutro caso, o surgimento de mais de uma dezena de grupos de oposição facilitou imenso a vida dos poderes instituídos, ao contrário — por exemplo — do que vimos acontecer em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, onde a relativa unidade das forças contestatárias conseguiu infligir derrotas, em 91, ao PAICV e ao MLSTP, respectivamente.

No Senegal, o Partido Socialista (que a partir de 1948 se chamara sucessivamente Bloco Democrático e União Progressista, antes de Senghor ter decidido aderir à Internacional Socialista) tem tido como principal adversário, há uma boa dúzia de anos, o Partido Democrático, de cariz liberal, liderado por Abdulaye Wade. Mas arranjou sempre maneira de ganhar as eleições, tanto as legislativas como as presidenciais, apesar de repetidas acusações de fraude.

Agora, na Guiné-Bissau, vimos o PAIGC conseguir quase dois terços dos votos numa Assembleia Nacional de 100 lugares, quando o ano passado o PS senegalês obtivera 84 dos 120 deputados. Curiosa semelhança, que nos pode dar uma perspectiva quanto aos caminhos que a política guineense está a trilhar.

Nas presidenciais, porém, Nino Vieira teve uma tarefa mais dura do que a de Abdou Diouf, em 93, pois não só foi

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 7

A senegalização

forçado a uma segunda volta como nesta apenas teve uma margem de quatro por cento sobre Kumba Ialá, que transitoriamente conseguiu dar unidade a uma oposição desde o início — há três anos — bastante dividida.

Em certa medida, pode-se dizer que foi bom para a estabilidade do país ficar com um Presidente que é o chefe do partido que, mercê do método de Hondt, conseguira a maioria absoluta dos deputados. Pois não estamos a ver que o PAIGC e as Forças Armadas a ele associadas assistissem tranquilos à tomada de posse de Kumba Ialá na chefia do Estado, depois de o seu apego ao poder haver sido fortalecido pelo resultado das legislativas.

Sabemos até o quanto têm sido prejudiciais ao povo de São Tomé e Príncipe as quezílias entre o Presidente Miguel Trovoada e o Partido da Convergência Democrática (PCD), que o ajudou a eleger mas que logo com ele entrou em choque, pelo que não chegou a permanecer no Governo todo o período de uma legislatura.

Numa África que só agora dá os seus primeiros passos no caminho de uma prática democrática à ocidental, parece bem difícil de encarar qualquer hipótese de coabitação entre presidentes de determinada formação política e governos ou parlamentos que com eles não estejam em consonância.

Estamos pois a assistir ao parto da democracia na Guiné-Bissau e é de crer que dentro de alguns anos as coisas já corram sensivelmente melhor do que nestes últimos meses, quando assistimos a dificuldades de toda a ordem e a acusações de fraude.

Kumba Ialá não quer aceitar a derrota como legítima, tal como Abdulaye Wade já por mais de uma vez não a aceitou, sem que isso lhe valesse de nada; e tal como, em Dezembro do ano passado, aconteceu com o outro vizinho de Bissau, a República da Guiné (Conakry, a Sul).

As Nações Unidas, a Comunidade Europeia e outras instituições internacionais não costumam ser de um extremo rigor quando se trata de fiscalizar eleições na África e de homologar os seus resultados. Tudo passa, desde que a fraude, se por acaso a houver, não seja demasiado flagrante.

No caso vertente, acontece ainda que Nino Vieira e o PAIGC poderão muito bem continuar a jogar nas fragilidades da oposição, que na melhor das hipóteses (para já não falar nas suas múltiplas tendências) tem agora duas cabeças: o filósofo populista Ialá e o médico discreto Domingos Fernandes Gomes, líder do Movimento Bafatá, que chefia a oposição parlamentar, com 18 deputados.

Resta só esperar que o regime tenha aprendido alguma coisa com o pequeno susto das presidenciais e que não deixe ficar tudo na mesma, com o povo a pagar os erros dos políticos. ■

Director de jornal com ordem de prisão

PÚBLICO, 12 8.94

O DIRECTOR do "Novo Jornal de Cabo Verde" recebeu anteontem ordem de prisão do Tribunal Regional da Cidade da Praia. Na origem da decisão do colectivo judicial está a recusa de José Tavares Gomes de comparecer à leitura da sentença relativa ao processo de queixa-crime que contra ele moveu Daniel Benoni, antigo inspector-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Benoni tornou-se conhecido ao elaborar, no ano passado, um relatório em que dava conta dos gastos do então chefe da missão cabo-verdiana em Lisboa, Eugénio Inocêncio. Benoni acabou por ser demitido, segundo ele, por se ter negado "a fazer vista grossa" às irregularidades cometidas pelo antigo diplomata.

Na mesma altura, o "Novo Jornal de Cabo Verde", propriedade do Estado, publicou um longo artigo, não assinado, intitulado "Benonigate: o outro lado de uma inspecção isenta", em que procurou contestar o relatório feito do inspector.

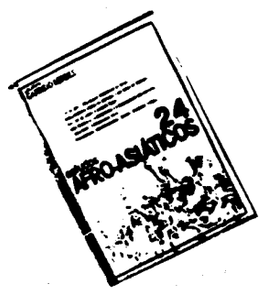
De acordo com o jornal, Daniel Benoni desembarcara em Lisboa "com uma mala cheia de preconceitos e com vontade de pôr em xeque o consulado de Eugénio Inocêncio". O periódico alertava também os seus leitores para "como um relatório cuidadosamente orquestrado pode transformar as contas da embaixada em actos de corrupção".

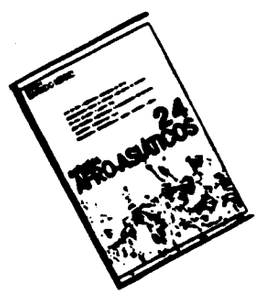
Descontente, Daniel Benoni processou o jornal e o seu director, que anteontem, quarta-feira, deveria ter comparecido perante o tribunal para ouvir a sentença deste caso, bem como a de um outro, também por difamação. Tavares Gomes não compareceu por duas vezes consecutivas ao julgamento, alegando razões de saúde.

Segundo Arnaldo Silva, advogado de Daniel Benoni, o seu cliente exige seis mil contos de indemnização. Além de multas, Tavares Gomes incorre em pena que pode ir até dois anos de prisão.

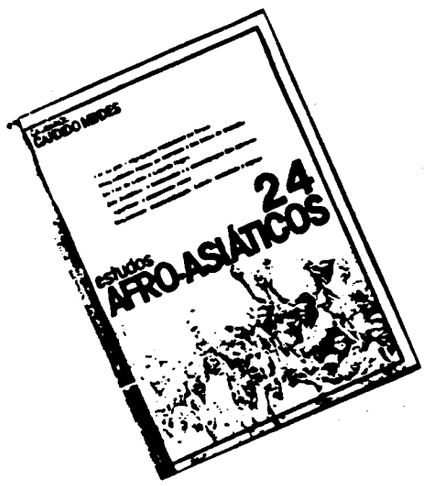
O PÚBLICO soube que Tavares Gomes se encontra desde sábado em Portugal, em missão oficial de serviço. Segundo Fernando Monteiro, coordenador da redacção do "Novo Jornal", a viagem estava há muito programada para tratar de assuntos relacionados com a delegação em Lisboa do periódico. O seu regresso a Cabo Verde está previsto para a próxima semana. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia





LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259



UNITA contra Estados Unidos

PÚBLICO, 12.8.94

O COMITÉ Permanente da Comissão Política da UNITA afirmou que as declarações do embaixador norte-americano em Luanda, Edmond Djarnette, culpando-a da continuação da guerra em Angola, "não mais uma pura provocação do que contribuição para o processo de paz"; e que as desculpas que o mesmo depois apresentou à equipa negocial presente em Lusaca "não passam de lágrimas de crocodilo". O partido de Savimbi disse que a sua representação em Washington está a negociar datas para um encontro em Pretória com o Presidente Mandela, mas que as declarações do embaixador constituem "uma sabotagem deliberada e premeditada". Por outro lado, a UNITA disse que na terça-feira abateu 45 militares governamentais no município do Cuito, incluindo um major. Entretanto, em Nova Iorque, o Conselho de Segurança inclina-se, segundo consultas informais, a não aplicar de imediato mais sanções à UNITA, dando-lhe até ao fim do mês para aceitar as propostas da ONU quanto à reconciliação em Angola. ■

Professores angolanos em greve por causa dos salários miseráveis

Por uns milhões de kwanzas

PÚBLICO, 12.8.94

Aguiar dos Santos, em Luanda

O salário mensal dos professores angolanos, teoricamente, dá-lhes para comprar um quilo de açúcar e outro de carne. Entraram em greve há 13 dias. O Governo, pouco ou nada habituado a dialogar com os diferentes grupos de pressão da sociedade civil, fala de "forças ocultas" e de "campanhas de intoxicação".

Os professores de Luanda estão a protagonizar a maior greve dos últimos dois anos em Angola. Decretada há 13 dias por cerca de dez mil docentes da capital angolana e tendo já paralisado 350 escolas do ensino primário, secundário e politécnico, a luta está ainda longe de um desfecho. A comissão reivindicativa exige um aumento salarial mínimo 11 milhões de kwanzas — de dois milhões de kwanzas (pouco mais de 1600$00) para 13 milhões (cerca de 8500$00) — e a fixação de um tecto de 32 milhões para os docentes licenciados com mais de dez anos de serviço, mas, segundo elementos próximos do Ministério da Educação, o Governo só admite chegar aos seis milhões.

Apanhadas em contramão, uma vez que até aqui foi possível fazer abortar todas as reivindicações contrapondo a situação de guerra que tem devastado o país, as autoridades apenas concederam um aumento máximo de 200 por cento, que vigorará para todos os funcionários públicos a partir deste mês.

"Não baixaremos!"

Defende o Governo que o Orçamento do Estado para este ano não conta com reforços que permitam suportar aumentos salariais além dos 300 por cento já decretados até Dezembro. Com esta posição, procura, antes de mais, prevenir um eventual surto grevista, à medida que a paz se aproxima e os trabalhadores põem de lado receios de retaliação, exigindo salários que suportem um custo de vida hiperinflacionado.

O salário actual de dois milhões de kwanzas para um professor do ensino secundário dá para comprar um quilo de açúcar e outro de carne, o que atesta o nível de vida miserável de milhares de docentes, que sobrevivem com recurso ao velho esquema do suborno, vendendo provas de frequência ou mendigando aos pais dos alunos géneros de primeira necessidade em troca de facilidades nos exames.

"Estamos apenas a reivindicar pão para nós e para os nossos filhos, para melhor desempenharmos as nossas funções", disse aos jornalistas o porta-voz dos grevistas, que sublinhou: "Já acedemos reduzir de 18 para 13 milhões o salário mínimo, mas não baixaremos mais."

Do caderno reivindicativo, a que o PÚBLICO teve acesso, constam ainda o ingresso, isento de testes de aptidão, dos que leccionam há mais de cinco anos nos institutos médios e superiores de Educação, programas de superação profissional, fornecimento de material didáctico e o apetrechamento dos laboratórios e bibliotecas.

Campanhas "difamatórias"

Pouco ou nada habituado a dialogar com os diferentes grupos de pressão integrantes da sociedade civil, o Governo tem enfrentado a greve dos professores com posições de força que, a prolongarem-se por muito mais tempo, inviabilizarão o regresso às aulas de modo a permitir realização dos exames até finais deste mês.

Enquanto o Ministério da Educação adverte para "o perigo do aproveitamento político desta greve, no momento em que o ano lectivo se aproxima do seu final", os meios de comunicação estatais desencadearam uma campanha propagandística sem precedentes em defesa das teses oficiais.

Através dela, procuram infundir nos pais dos alunos um sentimento de reprovação perante a irredutibilidade dos docentes — supostamente manipulados por "forças ocultas" apostadas em sabotar o actual programa de recuperação económica do Governo.

A campanha governamental, com o objectivo pôr a descoberto a manipulação política de que seriam alvo os professores, acentuou-se após a circulação de rumores, não confirmados, de que a UNITA teria espalhado pelos musseques (onde vive a maioria dos professores) panfletos incitando à greve.

"A ser assim, então o MPLA só controla o Parlamento. Todos os movimentos sociais e as reivindicações profissionais são manipuladas pela UNITA e pelas outras forças da oposição", ironizou um engenheiro luandense que já esteve ligado à docência.

Os professores, que negam qualquer motivação política na origem da greve, reclamam do Governo o fim das "campanhas difamatórias", em que se têm distinguido a rádio a televisão locais, por temerem que incentivem agressões contra os grevistas, sobretudo os que vivem nos subúrbios, onde já terão ocorrido casos isolados de violência.

Ameaças por telefone

Segundo um elemento próximo da comissão reivindicativa, a ligação da greve à UNITA obedeceria a uma estratégia dos Serviços de Informação (SI) destinada a desmobilizar os professores, alguns dos quais têm recebido telefonemas anónimos com ameaças de represálias.

Em diferentes assembleias de docentes, terão sido detectados agentes infiltrados dos SI, incumbidos de provocar distúrbios destinados a fazer abortar o movimento grevista. Esta estratégia, que contaria com o apoio de um leque reduzido de professores, visaria ainda a suspensão da luta até ao próximo ano lectivo, de modo a permitir a realização dos exames.

Certo é que o "núcleo duro" dos grevistas não arreda pé das suas reivindicações e o braço-de-ferro deverá prosseguir até que o Governo suba substancialmente as suas propostas. Um Governo que se deu ao luxo de enviar o ministro da Educação a uma conferência da UNESCO em Paris, no preciso momento em que milhares de alunos ficavam sem aulas. ■

Separatismo no Norte

PÚBLICO, 13.8.94

UM GRUPO armado assaltou esta semana camiões de víveres perto de Quelimane, na segunda acção atribuída no espaço de um mês ao movimento separatista Rombézia, que reivindica a independência do território entre os rios Rovuma e Zambeze, no Norte de Moçambique.

O ataque, que teve lugar na estrada que liga Quelimane a Mocuba, na província da Zambézia, foi noticiado pelo "Diário de Moçambique", na cidade da Beira. Uma fonte da Comissão de Cessar-Fogo confirmou posteriormente a ocorrência de uma emboscada naquela rodovia num raio de 160 quilómetros de Quelimane, precisando que não havia notícia de vítimas humanas.

Segundo autoridades provinciais citadas pelo quinzenário independente "Mozambique Inview", o movimento separatista conta com 2.500 homens bem armados e tem as suas bases nos distritos montanhosos de Lugela, Morrumbala e Milange. De acordo com a mesma fonte, os efectivos rombezianos foram treinados em santuários no vizinho Malawi e infiltrados no país em Março.

Embora as notícias sobre o movimento sejam escassas, consta que é presidido por Elídio Chapala e que tem como secretário-geral Rocha Manuel, descritos como dissidentes da Renamo pela Informação governamental.

O presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, negou enfaticamente ao PÚBLICO qualquer ligação do seu partido com a Rombézia, que classificou de "criação da Frelimo". Dhlakama acusou os separatistas de terem combatido contra a Resistência Nacional, ao lado do Governo, durante a guerra civil.

Em Milange, efectivos da Rombézia foram recentemente acantonados e desmobilizados como membros das Forças Armadas governamentais, embora o movimento separatista não fosse abrangido pelo Acordo Geral de Paz assinado em Roma há 22 meses.

Motim na Beira

Além da Zambézia, que nas últimas semanas também já foi palco de incidentes protagonizados por ex-soldados governamentais e guerreiros da seita naparama, a vaga de motins continua a alastrar pelo país. Na terça-feira, a capital da província de Sofala, Beira, viveu horas de pânico quando duzentos soldados do extinto Comando Militar Provincial se amotinaram exigindo a sua imediata desmobilização. Uma fonte da Beira, a segunda cidade do país, disse ao PÚBLICO que os amotinados se queixavam igualmente de não receberem alimentação há mais de dois dias.

Segundo um oficial do Comando, aquela unidade tinha começado a ser desmobilizada na véspera e os soldados que tinham sobrado ao fim do dia amotinaram-se, pensando que a interrupção do processo era de facto o seu encerramento e que eles não seriam desmobilizados.

A grande maioria dos antigos combatentes de ambos os lados tem preferido a passagem à vida civil em detrimento da transferência para as futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique, numa "crise de vocações" que está a causar inesperados embaraços ao processo de paz moçambicano. Tanto o Governo como a Renamo têm sido incapazes de fornecer os efectivos estipulados nos acordos de pez para a formação das FADM. Embora os acordos previssem um exército de trinta mil homens, já considerado exíguo, nenhuma das partes parece de momento capaz de angariar 15 mil, prevendo-se que, ao actual ritmo de formação, as FADM não contem com mais de seis mil soldados à data das eleições, dentro de dois meses e meio.

Na Beira, os soldados do Comando Militar revoltaram-se ao nascer do dia de terça-feira, prenderam os seus oficiais e tomaram o quartel de Matacuane, onde estavam acantonados. Depois, armados de AKM, interromperam o trânsito da via Baixa-Macuti, cortando a cidade em duas partes. Durante a manhã, grupos de soldados pilharam mercados e lojas pela cidade, disparando para o ar e semeando o pânico entre os citadinos, até serem dispersos pela polícia de intervenção rápida. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Pequena escaramuça

PÚBLICO, 13.8.94

UMA PEQUENA escaramuça ocorrida ontem de manhã no caminho entre a cidade de Bissau e o aeroporto que a serve foi sinal da enorme tensão que reina entre os guineenses, depois de o candidato da oposição, Kumba Ialá, haver dito que ele próprio é que ganhou as eleições presidenciais e não o actual chefe de Estado, João Bernardo Vieira, Nino.

O incidente de ontem, só por si, não teve importância de maior, mas foi um indício de que muita confusão poderá estar por vir, se os políticos não se souberem adaptar aos novos tempos e se não houver muita moderação de um e outro lado: tanto da parte do regime como da oposição.

Ialá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), afirmou ter conseguido mais votos do que Nino Vieira, na proporção de 50,02 para 49,98 por cento, quando a contagem oficial provisória é precisamente ao contrário: 52,02 por cento para o Presidente em exercício e 47,98 para o seu adversário.

Desde a tarde de quinta-feira que a oposição anda a falar de equívoco na contagem dos votos, apesar de a vitória de Nino Vieira ter sido aceite pelo Presidente Mário Soares, por três deputados portugueses que se deslocaram a Bissau para as eleições e por observadores da Organização de Unidade Africana (OUA).

Talvez por isso mesmo (pelas dúvidas levantadas), ou para evitar aumentar as tensões, o PAIGC adiou sine die a festa da vitória que chegou a estar prevista para o fim da tarde de quinta-feira, alegando para tal que Nino estava muito cansado com o esforço dispendido durante algumas semanas de campanha.

Festa foi adiada

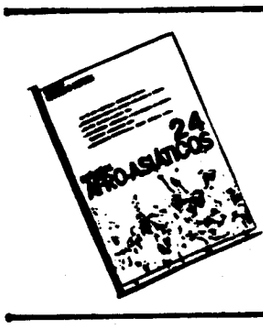
Umas quantas centenas de pessoas chegaram a encaminhar-se para a praça em frente ao Palácio Presidencial, na esperança de que o chefe do Estado e do partido vencedor das legislativas do mês passado aparecesse à varanda e lhes dirigisse algumas palavras. No entanto, soube-se depois que o grande carnaval da vitória do regime ficava para melhor oportunidade, talvez quando os ânimos estivessem menos exaltados.

Entretanto, o Governo apelou a toda a população no sentido de evitar atitudes que possam colocar em causa a estabilidade social, dizendo que qualquer acto que possa agitar o país "será reprimido com a necessária prontidão e firmeza".

Para o Ministério do Interior, o processo eleitoral destes dois últimos meses foi "um exemplo de civismo" ; e o próprio Presidente português observou, na sua mensagem de felicitações a Nino Vieira, que a ida às urnas na Guiné-Bissau decorreu "num clima de grande civismo" e culminou "um processo de reformas democráticas" que "representa o triunfo dos valores da Liberdade e da Democracia".

Mário Soares declarou-se certo de que, durante o mandato para que Nino foi eleito, "se irão estreitar e desenvolver ainda mais os fortes laços de amizade e cooperação que ligam Portugal à Guiné-Bissau, para o benefício mútuo dos nossos povos e países".

O Presidente Vieira desloca-se regularmente a Portugal, a título privado, e é aqui representado não só por um embaixador em Lisboa, Adelino Mano Queta, como por cônsules honorários no Porto, Valentim Loureiro, e em Faro, Fernando Barata. ■ J.M.



Fim da reunião dos ministros da Saúde dos países lusófonos no Rio de Janeiro

Três dias de optimismo e intenções

PÚBLICO, 13.8.94

João Bosco Jardim, no Rio de Janeiro

Os sete ministros da Saúde dos países lusófonos terminaram ontem três dias de reunião no Rio de Janeiro muito optimistas. Ninguém percebeu muito bem porquê. Paulo Mendo disse que o encontro foi "uma institucionalização da força de 200 milhões de falantes, com o intuito de formar um 'lobby' poderoso nos organismos internacionais de financiamento". Mas a OMS ou o Banco Mundial limitaram-se a expor as acções que estão a desenvolver no Brasil, disponibilizando-se — eventualmente — a estender as actividades a outros países. Nada mais.

A cimeira dos ministros da Saúde dos países de língua oficial portuguesa terminou ontem os seus trabalhos, no Rio de Janeiro, com uma nota optimista dos participantes quanto ao futuro da colaboração e das oportunidades de intercâmbio técnico em áreas prioritárias como endemias, saneamento, vigilância epidemiológica, sida, saúde mental e recursos humanos.

Durante três dias, sob o olhar atento de representantes da Organização Mundial de Saúde (OMS), os sete ministros discutiram as dificuldades comuns e examinaram formas de cooperação no campo da saúde tendo em vista os financiamentos que os seus países poderão obter dos organismos internacionais para programas locais de acção integrada, troca de informações e de tecnologia, formação de pessoal e apoios informáticos.

"Não foi uma simples reunião formal, mas um encontro para a elaboração de programas", disse ao PÚBLICO o ministro da Saúde, Paulo Mendo, ao anunciar a continuidade dos trabalhos num novo encontro, em Março de 1996, em Lisboa.

A reunião do Rio de Janeiro instituiu a cimeira dos ministros da Saúde com carácter permanente, inicialmente sob a presidência do Brasil. Como garantia adicional de continuidade, os ministros decidiram voltar a reunir-se em Maio de 1995, paralelamente à Assembleia Geral da OMS, em Genebra.

O ministro português sublinhou que os programas integrados dos "sete" não eliminarão a cooperação bilateral que Portugal mantém com os outros países lusófonos. "A ligação entre os países de língua portuguesa tornou-se hoje muito mais profunda do que indica a simples delicadeza das suas relações. Trata-se de uma verdadeira institucionalização da força de 200 milhões de falantes, com o intuito de formar um 'lobby' poderoso nos organismos internacionais de financiamento", antecipou o ministro.

Com o entusiasmo de Mendo contrastou, porém, o não comprometimento formal de nenhum desses organismos com os programas em elaboração. Os representantes do Banco Mundial, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Fundo das Nações Unidas para a População e de outras agências internacionais presentes na reunião limitaram-se a expor aos participantes as acções que estão a desenvolver no Brasil, disponibilizando-se, eventualmente, a estender as suas actividades a outros países.

Sobre isto, sublinhou o ministro, os países africanos de língua portuguesa levarão da cimeira um conjunto de dados sobre a experiência brasileira que poderão servir de base para propostas de colaboração envolvendo todos os "sete".

O secretário-executivo do Ministério da Saúde do Brasil, Dioclécio Campos, apontou como principal resultado concreto do encontro a decisão de Portugal e do seu país de fornecerem, regularmente, os agentes de saúde dos países africanos com informações técnicas em língua portuguesa.

A cimeira incluiu entre as suas conclusões a necessidade de colaboração para o reforço da formação de técnicos de nível médio e superior. O documento de sete páginas que resumiu as conclusões recomenda o estímulo ao "retorno dos quadros treinados no exterior para actuarem como agentes multiplicadores" nos seus ambientes de origem.

Dioclécio Campos qualificou de "grande avanço" a instituição de um processo regular de fornecimento de informações em língua portuguesa. "Os países africanos revelaram uma verdadeira penúria na área de informações", afirmou o secretário-geral do Ministério da Saúde brasileiro.

Segundo o ministro da Saúde de Angola, Martinho Santos Epalanga, os princípios de cooperação acertados no Rio de Janeiro, nomeadamente nas áreas de informação e recursos humanos, "ampliarão o âmbito das acções coordenadas dos sete países lusófonos no campo da saúde". ■

Angola

Mil mortes por dia

EM 1993, mil pessoas morreram diariamente em Angola, vítimas de doença, da pobreza e do rebentamento de minas. Desde o seu início, a guerra matou mais de meio milhão de angolanos e deixou muitos mais mutilados. Actualmente, cerca de dez milhões de pessoas enfrentam a fome. Estes são alguns dos dados do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994, do Programa da ONU para o Desenvolvimento. À semelhança do que acontece com os restantes países africanos de língua oficial portuguesa, Angola pertence ao grupo dos que têm um "desenvolvimento humano muito baixo". Atrás de si ficam Moçambique e a Guiné. Imediatamente à frente estão outros dois países em guerra: o Uganda e o Ruanda. Apesar de Angola ter registado, em 1991, um produto interno bruto (PIB) de mil dólares "per capita" (em 1960, situou-se nos 880 dólares), cerca de dois terços da sua população vivem abaixo do limiar da pobreza. Enquanto as despesas públicas com a saúde representaram, em 1990, 1,8 por cento do PIB — em Moçambique a taxa situou-se nos 4,4 por cento e na Guiné foi de 1,3 —, as despesas com os militares absorveram 20 por cento. No mesmo ano, a ajuda externa para a saúde, em termos das despesas totais no sector, correspondeu a seis por cento do PIB. Números de 92 indicam que em cada 100 mil habitantes 1,7 tinha sida, e 126 em cada mil crianças morreram. ■

Brasil

Governo socorre-se do privado

CERCA DE 110 milhões de brasileiros dependem dos serviços públicos de saúde. A crise económica aumentou esta dependência e reduziu os investimentos no sector: o Brasil gasta cerca de 1,8 milhões de contos com a saúde. Mas o investimento "per capita", segundo um estudo recente da Organização Mundial de Saúde, caiu dez por cento nos últimos quatro anos. Como a rede pública de hospitais, ambulatórios e postos de saúde é insuficiente, o Governo brasileiro recorre aos serviços da rede particular e filantrópica para satisfazer a procura de internamento e de exames. A rede pública, em conjunto com os serviços particulares, formam o Sistema Único de Saúde, uma inovação da Constituição de 1988 que descentralizou o atendimento, mas ainda absorve a quase totalidade dos recursos do Ministério da Saúde. De acordo com uma análise das contas públicas do sector de saúde determinada pelo actual Governo, 70 por cento dos recursos federais são gastos no tratamento, em detrimento da prevenção. Mas 65 por cento dos internamentos hospitalares no Brasil decorrem da falta de saneamento básico, uma distorção que atinge os 85 por cento nos estados mais pobres do país. Um dos efeitos da ênfase posta na medicina curativa reflecte-se no aumento das taxas de mortalidade infantil no Nordeste brasileiro, onde só no estado de Alagoas se registam 174 mortes em cada mil crianças no primeiro ano de vida. Outra consequência é o regresso de endemias já consideradas extintas, como a cólera. Em contrapartida, au-

Continua na pág. 12

Continuação da pág. 11

Três dias de optimismo e intenções

menta o número de brasileiros vítimas de doenças típicas de países do Primeiro Mundo. O cancro e as doenças do aparelho circulatório são responsáveis por cerca de 32 por cento das mortes nas grandes cidades. Outra realidade cruel do sistema de saúde brasileiro são as fraudes na aplicação dos recursos: dados oficiais indicam que 28 por cento das verbas públicas destinadas aos hospitais são desviadas e cerca de 40 por cento dos equipamentos hospitalares são defeituosos ou deficientemente utilizados. As deficiências do sistema estatal estimulam a procura dos planos particulares, que abrangem quase 40 milhões de utentes e movimentam o equivalente a mais da metade do Orçamento do Ministério da Saúde para 94 (cerca de 6,5 mil milhões de reais). ■

João Bosco Jardim, no Rio de Janeiro

Cabo Verde

Um oásis nos PALOP

CABO VERDE é, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde, o país dos PALOP com melhores indicadores nos sectores da saúde e de saneamento básico. A nível do continente africano, tem uma das maiores coberturas em termos de vacinação (nalguns casos 100 por cento). A taxa de mortalidade infantil é de 54,5 por mil e a esperança de vida dos seus 350 mil habitantes ronda os 63,5 anos. Dados de 1992 apontam para a existência de um médico para cada 4270 habitantes e de um enfermeiro para 1642. Estes valores escondem, contudo, que é nos principais centros urbanos, Cidade da Praia e Mindelo, que se encontram os recursos humanos e materiais a nível da saúde, e o acesso a eles nem sempre é fácil. Em casos extremos, o doente poderá ser enviado para Portugal, graças a um acordo assinado em 1975. Entre 1991 e 1993, o sector da saúde absorveu, de acordo com dados oficiais, 2,5 a três por cento do produto interno bruto. O Estado gasta uma média de 20,7 dólares com cada habitante, registando-se "uma pequena tendência de aumento das despesas com a saúde". Os resultados são de algum modo visíveis, sobretudo nos domínios da vacinação e do controlo pré e pós-natal. A mortalidade infantil, que em 1975 era de 98 por mil, baixou, em 1991, para 36 em mil. Mas as doenças diarreicas, infecciosas e parasitárias, bem como as afecções perinatais e respiratórias continuam a ser as principais causas de morte, sobretudo nos menores de cinco anos. As doenças cerebrovasculares, degenerativas e os tumores são as principais causas de mortalidade entre os adultos. Desde 90 que os cidadãos comparticipam nos custos com a saúde, consoante os seus rendimentos. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Guiné Bissau

Mais de 10% de seropositivos

A GUINÉ-BISSAU é, de entre os países lusófonos, o que apresenta os piores índices de desenvolvimento. Com um produto interno bruto "per capita" de cerca de 30 contos e um milhão e seis mil habitantes, tem, em conjunto com a Etiópia, uma das taxas de mortalidade mais elevadas — cerca de 23 por cento. Em 92, em cada mil crianças entre os zero e os cinco anos, 141 morreram (208 em 1960). A esperança de vida à nascença é de 42,9 anos (34 em 1960). No interior, o paludismo, as epidemias cíclicas de sarampo, o tétano pré-natal e a gastrenterite são as principais causas da mortalidade. Mas não só. Estima-se que mais de dez por cento da população esteja contaminada com o vírus HIV2. Em 92, por cada 100 mil habitantes 11,2 morreram. A ausência de um sistema de saúde pública e o recurso à medicina tradicional impedem o tratamento das doenças, muitas curáveis. Em lugares como Bissau os medicamentos, quando existem, são adquiridos pelos utentes e o seu preço é elevado. Os pouquíssimos dados do Programa da ONU para o Desenvolvimento disponíveis sobre a Guiné indicam que em 90 existiam 7260 habitantes por cada médico e 1130 por cada enfermeiro. A cada clínico correspondiam 6,4 enfermeiros. Na Guiné, vigora um programa de vacinação oficial que privilegia as crianças entre os zero e os quatro anos, bem como as mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 45 anos), mas não é eficaz, pois nalguns casos as vacinas não estão em condições de ser aplicadas. No interior, os cuidados de saúde primários estão, por vezes, nas mãos dos missionários católicos. As pessoas recorrem tarde à medicina oficial, e as poucas unidades de saúde que existem estão praticamente paralisadas. Um exemplo é o enorme Hospital 3 de Agosto, em Bissau, que é atingido por cortes de electricidade diários e não tem um gerador. Uma nota positiva respeita ao hospital de Cantchungo, construído com a ajuda externa e apoiado por técnicos chineses. ■

Moçambique

Guerra desviou dinheiro

O SERVIÇO Nacional de Saúde (SNS) moçambicano concebido pelo ex-enfermeiro Samora Machel, propondo-se oferecer tratamento igual e gratuito a todos os cidadãos, tinha tanto de generoso quanto de irrealista. A proibição de exercício da medicina privada, para acabar com o elitismo colonial, fez com que, nos meses seguintes, 85 por cento dos quadros superiores abandonassem o país, que ficou com 65 médicos moçambicanos para mais de dez milhões de habitantes. Durante os primeiros anos do poder popular, a saúde foi um dos sectores prioritários. A fatia que lhe cabia nas despesas do Estado passou de 3,7 por cento em 74, para 11,9 por cento em 81. A rede sanitária, antes concentrada nos centros urbanos, estendeu-se a todo o país, com a criação de centenas de postos de saúde em regiões que nunca tinham tido assistência. A campanha nacional de vacinação lançada em Junho de 76, alvo de rasgados elogios da OMS, é talvez o mais perfeito exemplo do esforço revolucionário no sector. Na década de 80, o alastramento da guerra civil encarregou-se de pôr fim ao optimismo. Na sua estratégia de desmantelamento do Estado socialista, a Renamo atacou e destruiu dezenas de postos de saúde, muitas vezes raptando o pessoal. O escoamento de verbas cada vez maiores para a defesa foi feito também às custas da saúde, que no fim da década passada já só dispunha de pouco mais de cinco por cento do Orçamento do Estado. Hoje, a medicina privada está de volta, no termo de aceso debate no seio da Frelimo em que foi reconhecido que "a actual situação económica do país não permite ao Estado melhorar substancialmente a qualidade dos serviços existentes, menos ainda a sua expansão". Mas, dada a exígua percentagem de doentes com acesso à medicina privada, a sua reintrodução foi acompanhada de promessas de "protecção ao sector público e à população mais carente". Na prática isso não existe pelo país fora, onde grande parte do trabalho na área da saúde depende de ONG estrangeiras. Mesmo na capital, doentes e feridos empilham-se na pestilência do serviço de urgências do Hospital Central, à espera de vez durante horas e vendo passar-lhes à frente os que têm meios para subornar os enfermeiros. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Portugal

Longe da União Europeia

OS CUIDADOS de saúde em Portugal ainda estão aquém do padrão geral na maioria dos países da União Europeia. Trata-se de uma das conclusões do estudo comunitário sobre "Os sistemas de saúde dos Estados membros da CE", divulgado no final do ano passado. E o financiamento da saúde portuguesa é o segundo mais baixo: em 1991, a despesa com este sector representou 6,8 por cento do produto interno bruto. Em 1990, a taxa de mortalidade em Portugal era de 9,5 por mil habitantes, valor ligeiramente superior à

Continua na pág. 13

Expectativa pós-eleitoral

O Presidente Nino Vieira venceu sem convencer, enfrentando agora uma oposição que promete não lhe dar tréguas

FERNANDO LOPES PEREIRA
em Bissau

PÚBLICO, 13.8.94

O EMPRESÁRIO Henrique Rosa, que — na qualidade de director executivo da Comissão Nacional de Eleições (CNE) — anunciou, na quarta-feira, a vitória de Nino Vieira na segunda volta das eleições presidenciais, deve ser a pessoa de quem mais se fala agora na Guiné-Bissau.

Segundo um dos inúmeros boatos que circulam no país, antes de se dirigir ao Bissau-Hotti Hotel, onde revelou, com transmissão em directo pela televisão, os resultados totais provisórios do escrutínio de domingo , Henrique Rosa teria ido confessar-se ao bispo de Bissau, o italiano Dom Septimio Arturo Ferrazzeta.

É difícil saber o que se terá passado entre os dois homens. Mas uma coisa é certa: a expectativa criada nos últimos dias no país — praticamente parado, à espera de conhecer o futuro Presidente da República — exigia uma boa dose de coragem e apoio divino a quem tinha por tarefa proclamar os resultados do sufrágio.

O director executivo da CNE fê-lo, com alguma solenidade, começando por explicar, em crioulo, as funções e o modo de funcionamento da organização das primeiras eleições multipartidárias do país.

Ficámos com a sensação de que Henrique Rosa, um dos quatro independentes que integram a CNE, tinha clara consciência da missão delicada que era a sua. O que explicaria a expressão grave e tensa que assumiu durante a conferência de Imprensa. E não era para menos.

Nos dias que se seguiram à votação, a CNE foi sujeita a grandes pressões. Sem esperar por ela, os estados-maiores dos dois candidatos começaram a divulgar previsões optimistas. E os apoiantes de Nino Vieira foram mais longe: começaram a cantar vitória 24 horas após a votação, apelando aos seus partidários para que festejassem diante do Palácio da República.

Pelo seu lado, a oposição não ficou de braços cruzados. Também revelou dados provisórios, que indicavam a vantagem de Kumba Ialá. E fizeram questão de sublinhar que se abstinham de qualquer manifestação de júbilo susceptível de criar falsas expectativas, e criticaram os seus rivais por «montarem um cenário de vitória», que serviria para justificar uma eventual contestação dos resultados.

Júbilo e indignação

Muito antes de serem conhecidos os resultados oficiais da segunda volta, o secretário executivo do partido governamental — PAIGC — publicou um comunicado, lido pela Rádio Bissau, proclamando a vitória de João Bernardo Vieira, com uma diferença de mais de 12 mil votos sobre o rival. O resultado coincide praticamente com o da CNE.

Segundo o documento, o eleitorado guineense demonstrou «confiança» em João Bernardo Vieira, «enquanto garante da paz, estabilidade, desenvolvimento e unidade nacional». O Secretariado Nacional exortou os militantes e simpatizantes a organizarem manifestações políticas e culturais. Quando foram conhecidos os resultados provisórios apurados pela CNE — 52,02 por cento para Nino Vieira e 47,98 para Kumba Ialá — começou a festa das hostes do candidato do regime, em particular na Casa Branca, onde estava instalado o seu gabinete de campanha.

Na quinta-feira, surgiu a resposta da oposição. Amine Saad, o porta-voz de Kumba Ialá, não hesitou em qualificar de irresponsável o director executivo da CNE, acusando-o de «ter aceite que o representante de Nino Vieira na CNE [o ministro da Educação, Fernando Delfim da Silva] o pressionasse e ameaçasse com a burundização da sociedade guineense, para que que viesse a correr lançar os dados que lançou».

Segundo Amine Saad, que é líder do Partido Democrático do Progresso (PDP), os dados divulgados por Henri-que Rosa ter-lhe-iam sido forneci-

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 12

Três dias de optimismo e intenções

média europeia. No mesmo ano, a taxa de mortalidade infantil era a mais alta da Comunidade: 1,1 por 100 nados-vivos. Outro dado pouco animador prende-se com a oferta de camas hospitalares. Em 1989, por cada mil habitantes existiam 4,6 camas para internamento, que integravam, na quase totalidade, o sistema de saúde pública. No ano seguinte, a duração média do internamento numa unidade de saúde para tratamento de doenças agudas era de 8,4 dias, e o valor das admissões para internamento era de 10,8 por cada 100 portugueses. O documento refere como nota positiva a quantidade de médicos que existem em Portugal — cerca de 30 mil —, mas realça a falta de especialistas em certas áreas. Já o número de enfermeiros é um dos mais baixos a nível comunitário. Um dado interessante prende-se com os indicadores relativos às doenças típicas dos países desenvolvidos, que tendem a ser reduzidos. O estudo exemplifica com a taxa de mortalidade por cancro de pulmão, uma das mais baixas da CE. ■

São Tomé

Mortalidade infantil aumenta

O PALUDISMO, responsável por 20 por cento da mortalidade geral, continua a ser o principal flagelo em São Tomé e Príncipe, logo seguido das doenças respiratórias e diarreicas. Para os 120 mil habitantes do país, segundo um relatório do Ministério da Saúde, existem oito hospitais, cinco centros de saúde, 23 postos sanitários, 556 camas e 66 médicos. O mesmo relatório indica que em 92 havia um médico para 1815 pessoas, enquanto em 89 a cifra era de um para 2166. Apesar das medidas empreendidas nos últimos três anos — maior cobertura vacinal, construção de mais latrinas, acções de formação e, nalgumas das áreas mais castigadas pelo paludismo, a introdução de mosqueteiros impregnados de insecticida —, elas não lograram inverter a situação geral de carência. Em cada mil recém-nascidos, 75 morrem antes de atingir o primeiro ano de vida, e a taxa de mortalidade tende a aumentar na faixa etária entre 1 e 4 anos. A desnutrição não é um fenómeno generalizado, mas o consumo de calorias é insuficiente e a subnutrição constitui uma fonte adicional de preocupações para os médicos. Apesar de todos os condicionalismos, a esperança de vida tem registado, nos últimos anos, uma tendência progressiva e o objectivo das autoridades para o ano 2000 é passar dos actuais 64 para os 70 anos. Outra das metas é reduzir a taxa de crescimento (2,6 neste momento) para 1,9 em 2005. No plano da assistência médica, quadros portugueses, chineses e cubanos partilham com os são-tomenses os embaraços e limitações do quotidiano nos hospitais Ayres de Menezes, o maior da capital, e Agostinho Neto, equipado e mantido graças à cooperação com Portugal. Mas um desafio crucial terá ainda de ser travado. É que para a camada mais desfavorecida, em São Tomé e Príncipe ninguém morre por incúria, erro clínico ou falta de medicamentos: ou é por vontade de Deus ou fruto de uma conspiração envolvendo poderes sobrenaturais. ■

Conceição Lima,
em São Tomé

Continuação da pág. 13

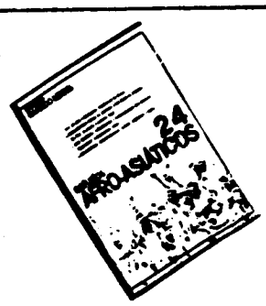
EXPECTATIVA PÓS-ELEITORAL

dos à socapa, sem autorização da CNE. E, pela primeira vez, a possibilidade de uma guerra civil foi abertamente admitida pela oposição guine-ense, devido a alegados erros da CNE.

«Queremos deixar bem claro que o país está numa ansiedade. O tecido social está à beira da ruptura. Que ninguém tome decisões que possam vir a comprometer a estabilidade do país», advertiu Amine Saad, dando a entender que a oposição não aceitaria pacificamente os resultados proclamados pela CNE, na quarta-feira.

Quanto a Kumba Ialá, até agora sempre disposto a dar conferências de Imprensa, tem-se revelado bastante discreto nos últimos dias. Amine Saad revelou que Ialá «está sereno» e precisou que os dados de que dispõe não apontam para uma vitória do Chefe de Estado cessante. Este dirigente da oposição reconheceu igualmente que, seja qual for, o vencedor das eleições disporá de uma vantagem mínima, pelo que admitiu a necessidade de as duas candidaturas se sentarem e chegarem a uma conclusão sobre a «aceitação dos resultados».

Estas declarações fazem ressurgir os receios de clivagens políticas, susceptíveis de pôr em causa a relativa estabilidade que tem caraterizado o processo de transição guineense para a democracia.



O consenso possível

PÚBLICO, 13.8.94

O PRIMEIRO recenseamento eleitoral em Moçambique — o mais politizado, polémico e desorganizado censo jamais efectuado no país — termina oficialmente na próxima segunda-feira, devendo abranger perto de sete milhões dos inicialmente previstos 8,5 milhões de potenciais votantes nas primeiras eleições presidenciais e legislativas, marcadas para 27 e 28 de Outubro próximo.

O início tardio do funcionamento de algumas brigadas, a não efectivação do recenseamento em determinadas regiões do país, sobretudo nas zonas rurais e sob influência da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), e a decisão que a Comissão Nacional de eleições (CNE) tomou «por consenso» de não permitir a votação dos emigrantes moçambicanos constituem os principais pontos negativos que ensombraram o processo.

Desaparecimento de material eleitoral, registo de menores, duplas inscrições, renovadas alegações de registo de estrangeiros pela oposição, actos de pressão psicológicas sobre os aspirantes a eleitor praticados por militantes ou simpatizantes do partido no poder, a Frelimo, e greves dos agentes de recenseamento também afectaram negativamente o primeiro recenseamento eleitoral de Moçambique.

Todavia, tanto o partido governamental como a maioria da oposição atribuem uma nota positiva ao processo, atendendo ao baixo nível de formação e falta de experiência da maioria dos envolvidos na operação e às numerosas dificuldades logísticas. Uma vez mais, foi referido que o escrutínio será o «possível — e não o desejado».

A Renamo é a única força política influente que pede uma «tolerância» de cinco dias no recenseamento, para permitir mais inscrições, como as de presos, doentes mentais, refugiados, deslocados e desmobilizados. O presidente da CNE diz que a comissão vai estudar essa possibilidade.

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

À espera de Mandela

PÚBLICO, 13.8.94

AS CONVERSAÇÕES entre o Governo de Luanda e a UNITA, que entraram esta semana numa nova fase, com a aprovação do «dossier» reconciliação nacional, poderão ficar dominadas nos próximos dias pelo anunciado encontro entre Nelson Mandela e o líder da UNITA, no qual o Presidente sul-africano deverá usar a sua influência de «mais velho» para convencer Jonas Savimbi a pôr termo à guerra em Angola.

As questões «quentes» por acordar entre as partes que negoceiam em Lusaka, como a governação da província do Huambo — um «ponto de honra» aparentemente «inegociável» para os rebeldes — e o estatuto de Savimbi, poderão, segundo uma fonte diplomática, vir a ser colocadas em Pretória a um nível superior ao da capital zambiana.

Apesar das esperanças depositadas num encontro Savimbi-Mandela, na capital angolana continua a prevalecer um grande cepticismo quanto à assinatura, para já, de um acordo de paz. O pessimismo acentuou-se depois de, na quinta-feira, a comissão política da UNITA ter publicado um comunicado no qual qualifica de «irresponsáveis» as declarações proferidas terça-feira pelo embaixador norte-americano em Angola, Edmond Dejarnette. O diplomata atribuiu ao movimento de Savimbi a responsabilidade pela «não conclusão, até agora, das conversações de Lusaka».

Dizendo não reconhecer afinidades entre as realidades de Angola e da África do Sul, Luanda nunca escondeu que não «morre de amores» pelo esquema de governação adoptado pelos sul-africanos após as eleições.

Quanto à UNITA, poderá enveredar pela estratégia traçada ao EXPRESSO por uma fonte ocidental e por um observador estrangeiro envolvido no processo negocial angolano: «prisioneira» do seu próprio desgaste político, tentar arrastar as conversações e forçar a adopção do modelo sul-africano, através, nomeadamente, da imposição da «regionalização» da governação do Huambo e da obtenção de um estatuto transitório de «vice-presidente» para Jonas Savimbi inspirado no acordo constitucional firmado na África do Sul entre o ANC e o Partido Nacional.

O objectivo seria, nesse caso, prolongar as negociações até um ponto tal que deixasse de lhe ser politicamente conveniente participar, até 1995, num «Governo ainda mais desgastado pela corrupção e pelas cada vez piores condições de vida da população».

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. – Assinatura anual** (em dólar comercial): *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00.
WE ASK FOR EXCHANGE.

IMPRESSO